

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

GILDEAN PARGA COSTA

**A INFLUÊNCIA DO ALTO NÍVEL DE RENTABILIDADE NO
RECONHECIMENTO DE PERDAS POR *IMPAIRMENT***

**VITÓRIA
2018**

GILDEAN PARGA COSTA

**A INFLUÊNCIA DO ALTO NÍVEL DE RENTABILIDADE NO
RECONHECIMENTO DE PERDAS POR *IMPAIRMENT***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas – Nível Profissionalizante.

Orientadora: Prof^a. Dra. Neyla Tardin

**VITÓRIA
2018**

GILDEAN PARGA COSTA

**A INFLUÊNCIA DO ALTO NÍVEL DE RENTABILIDADE NO
RECONHECIMENTO DE PERDAS POR *IMPAIRMENT***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovada em 09 de Agosto de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dra.: NEYLA TARDIN

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças -
FUCAPE

Prof^o. Dr.: FELIPE RAMOS FERREIRA

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças -
FUCAPE

Prof^o. Dr.: AZIZ XAVIER BEIRUTH

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças –
FUCAPE

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus.

À minha família, que sempre acreditou no meu potencial. Em especial, à minha esposa, Renata Carvalho dos Santos, por todo o apoio, amor e compreensão durante essa jornada acadêmica.

À minha mãe, Marlene da Silva Parga, minha fonte de inspiração para vencer obstáculos ontem, hoje e amanhã.

A meus colegas de turma, por compartilharem momentos de alegria e conhecimentos durante as atividades do curso; especialmente, ao meu amigo Jorge Maia.

À minha orientadora, Profa. Dra. Neyla Tardin e aos professores das disciplinas do curso: Dr. Danilo Soares Mont Mor, Dr. Emerson Wagner Mainardes e Dr. Bruno Felix Von Borell de Araújo, pelos ensinamentos, pelas críticas construtivas e pelas motivações.

A todos os que, de um modo ou de outro, contribuíram para que eu pudesse alcançar o objetivo de concluir o curso de mestrado.

Gratidão!!!

Nunca deixes de sonhar, pois só nos sonhos
podemos ser livres. (Walt Whitman)

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo verificar se empresas muito rentáveis são mais propensas a reconhecer perdas por *impairment*, em especial as firmas sob o monitoramento de uma auditoria externa de renome, como sinal de qualidade do *disclosure*. Para tanto, foram utilizados dados das demonstrações contábeis de empresas listadas no mercado brasileiro entre 2011 e 2017. O resultado obtido foi que, no Brasil, em média, empresas muito rentáveis auditadas por uma *big four* são mais propensas a reconhecer perdas por *impairment* e que, em média, empresas muito rentáveis, independente do seu nível de qualidade de auditoria externa, são menos propensas a reconhecer perdas por *impairment*.

Palavras-chave: Empresas muito rentáveis; Perdas por *impairment*; Qualidade do *disclosure*.

ABSTRACT

The research aimed to verify if highly profitable companies are more likely to recognize impairment losses, especially firms under the supervision of a reputed external audit, as a sign of disclosure quality. To do so, we used data from the financial statements of companies listed in the Brazilian market between 2011 and 2017. The result obtained was that, in Brazil, on average, very profitable companies audited by a big four are more likely to recognize impairment losses and that, on average, highly profitable companies, regardless of their level of external audit quality, are less likely to recognize impairment losses.

Keywords: Very profitable companies; Impairment losses; Disclosure quality.

LISTA DE SIGLAS

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo.

CP – Curto Prazo

CPC - Comitê de Pronunciamento Contábil

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

IAS - *International Accounting Standards*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

LP – Longo Prazo

ROA – Rentabilidade do Ativo

SFAS - *Statements of Financial Accounting Standards*

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Capítulo 1 | 9 |
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| Capítulo 2 | 13 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 13 |
| 2.1 LUCRO E RENTABILIDADE DO ATIVO..... | 13 |
| 2.2 OBRIGATORIEDADE DO “ <i>IMPAIRMENT TEST</i> ” | 14 |
| 2.3 QUALIDADE DO <i>DISCLOSURE</i> , RENTABILIDADE E REDUÇÃO NO VALOR RETORNÁVEL DE ATIVOS..... | 15 |
| Capítulo 3 | 18 |
| 3 METODOLOGIA | 18 |
| 3.1 MODELO DE REGRESSÃO | 18 |
| 3.2 VARIÁVEIS DA PESQUISA..... | 19 |
| 3.3 DESCRIÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS DE CONTROLE | 19 |
| 3.3.1 Big Four | 19 |
| 3.3.2 Tamanho..... | 20 |
| 3.3.3 Dívidas de curto e longo prazo | 20 |
| 3.3.5 Imobilizado..... | 21 |
| 3.3.6 Governança corporativa..... | 21 |
| 3.3.7 <i>Accruals</i> Anormais..... | 21 |
| Capítulo 4 | 23 |
| 4 ANÁLISE DE RESULTADOS | 23 |
| 4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA AMOSTRA | 23 |
| 4.2 CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS | 24 |
| 4.3 TESTE T DE COMPARAÇÃO DE MÉDIAS | 26 |
| 4.4 REGRESSÃO LOGÍSTICA | 27 |
| Capítulo 5 | 29 |
| 5 CONCLUSÃO | 29 |
| REFERÊNCIAS | 34 |

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

A Lei 11.638/2007 obrigou as sociedades anônimas brasileiras a adotarem, a partir de 2010, o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), um padrão contábil corporativo que promove uma linguagem financeira comum entre empresas, tornando-as comparáveis internacionalmente. As novas normas exigem que as empresas realizem, quando necessário, o chamado teste de perda ao valor recuperável de ativos, ou teste de *impairment*, com o intuito de reavaliar ativos, cujos valores contábeis não podem se sobrepor às suas capacidades de geração de caixa futuro (GINER; PARDO, 2015; LEMES; OLIVEIRA, 2011; MACHADO et al., 2013; MAZZIONY et al., 2014; PETERSEN; PLENBORG, 2010; SANTOS; SANTOS; SILVA, 2011; REIS et al., 2013; SOUZA, et al., 2015; VOGT et al., 2016; ABUGHAZALEH; AL-HARES; ROBERTS, 2011; NAWAISEH, 2016).

Estudos anteriores fornecem evidências de que os incentivos ao reconhecimento de perdas por *impairment* dependem do nível de rentabilidade, porque empresas com melhores desempenhos financeiros no mercado chamam mais atenção dos investidores, por isso tendem a valorizar mais a qualidade da informação contábil, já que prezam mais pelas suas imagens no mercado e pelo bom relacionamento com as partes interessadas (FERNANDES et al., 2016; AL-HIYARI; LATIF ; AMRAN, 2016; LARCKER; RICHARDSON ;TUNA, 2007; ELLIOTT; SHAW, 1988).

Rogers, Ribeiro e Sousa (2007) afirmam que o reconhecimento de perdas por *impairment* tem relação com os altos níveis de governança corporativa. Já Stigler

¹(1961) e Souza et al. (2015) acreditam que a qualidade das informações contábeis é maior quando a empresa é auditada por uma *big four*, visto que seus especialistas são mais exigentes quanto ao cumprimento das normas contábeis vigentes.

Nesse sentido, Souza et al. (2015) destacam a necessidade de pesquisas futuras que abordem os determinantes no reconhecimento de perdas por *impairment*, porque as empresas precisam evoluir na transparência. Apesar de ser um tema que suscita muito interesse, a literatura ainda é bastante escassa e necessita de um horizonte temporal maior e de mais variáveis explicativas (VOGT et al., 2016). Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi verificar se empresas muito rentáveis são mais propensas a reconhecer perdas por *impairment*, em especial aquelas firmas sob o monitoramento de uma auditoria externa de renome.

Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa empírica com 334 empresas brasileiras de capital aberto, exceto as pertencentes aos setores financeiros, seguros e fundos, entre os anos de 2011 e 2017.

Os resultados se mostraram em sintonia com os estudos de Fernandes et al., (2016), Al-Hiyari, Latif , Amran (2016); Larcker, Richardson, Tuna (2007); Elliott e Shaw (1988); Stigler (1961) e Souza et al. (2015), pois concluiu-se que, em média, empresas muito rentáveis auditadas por uma *big four* são mais propensas a reconhecer perdas por *impairment*¹, como sinal de qualidade de informação contábil e que, em média, empresas muito rentáveis, independentemente do seu nível de qualidade de auditoria externa, são menos propensas a reconhecer perdas por *impairment*. De forma complementar, verificou-se que o nível de governança corporativa, as participações de intangíveis e o montante de exigíveis de curto prazo

¹ Houve a preocupação de considerar as reversões de perdas por *impairment* como perdas não reconhecidas.

também influenciam no resultado de forma positiva e significativa (SOUZA et al., 2015; LARCKER; RICHARDSON; TUNA, 2007; ROGERS; RIBEIRO; SOUSA, 2007; RAMOS; MARTINEZ, 2006).

Vogt et al. (2016), Souza et al. (2015) e Mazzioni (2014) investigaram os determinantes no reconhecimento de perdas por *impairment*, avaliando a influência da variável ROA, e concluíram que ela não se mostrou significativa, contudo não consideraram a influência da qualidade do *disclosure* em empresas mais rentáveis nem as diferenças de rentabilidade entre os setores. Fernandes et al. (2016) analisaram o reconhecimento de perdas por *impairment* e sua relevância para investidores em empresas de Lisboa e Madrid (2016) e chegaram ao resultado de que quanto maior a rentabilidade, menor a probabilidade de reconhecimento de perdas, porém não testaram a interação da ROA com outra variável que pudesse refletir qualidade na divulgação. Já Amaral (2017) buscou identificar fatores que justificam o reconhecimento de perdas em empresas brasileiras com enfoque em gerenciamento de resultados e mudança de firmas de auditoria, porém não destacou a influência da lucratividade ou rentabilidade, assim como não fez interação entre o desempenho financeiro da firma e o nível de auditoria externa.

Nesta pesquisa, a alta rentabilidade foi mensurada de forma relativizada, ou seja, verificou-se o que é uma empresa muito rentável para cada setor, dividindo-se a amostra em três para cada setor; em seguida, identificou-se quais as empresas pertencem ao 3º tercil de ROA. Também foi testado se o alto nível de rentabilidade, conjuntamente com o nível de auditoria externa, traz um impacto diferente ao resultado. O estudo contribui no sentido de prezar pela qualidade da informação contábil, visto que as empresas brasileiras de capital aberto, no contexto atual das normas IFRS, devem primar pela confiabilidade, pela comparabilidade e pela utilidade

das demonstrações aos seus usuários, uma vez que são requisitos imprescindíveis para se manterem no mercado, cada vez mais globalizado. Também acredita-se que os resultados deste estudo serão úteis aos trabalhos de auditoria, porque dão evidências de que o bom desempenho financeiro e as boas práticas administrativas da empresa influenciam positivamente no reconhecimento de perdas por *impairment*.

Na próxima seção, será apresentada a hipótese da pesquisa e a discussão da literatura sobre *impairment* e rentabilidade. Em seguida, serão discutidos os resultados empíricos encontrados à luz da teoria e, conseqüentemente, será concluído o trabalho.

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LUCRO E RENTABILIDADE DO ATIVO

O lucro ou o prejuízo são um dos resultados mais importantes da contabilidade, na opinião dos seus diversos usuários, visto que revela o desempenho patrimonial das empresas (MARTINEZ, 2008). Contabilmente, o lucro ou o prejuízo correspondem ao resultado obtido após o confronto entre as receitas realizadas, o custo consumido, as despesas e as perdas (SOUTES; SCHVIRCK, 2006).

A estrutura da DRE está prevista no artigo 187 da Lei nº 6.404/1976. Trata-se de um instrumento que ajuda na tomada de decisão porque proporciona verificar, de forma detalhada, quanto foi gasto e arrecadado pelos esforços da empresa (receitas operacionais), norteando se a organização está alcançando ou não o seu objetivo (LEGLER; MARTINS, 2017).

De acordo com o princípio da competência, a receita é reconhecida geralmente no momento da venda (fato gerador), seja à vista ou a prazo. A natureza de custos, despesas e perdas é lançada com base no mesmo princípio, isto é, quando a mercadoria ou serviço é entregue/realizado ao cliente, ou quando ocorre o consumo anormal de um bem ou serviço (MARTINEZ, 2008; ANTUNES et al., 2012).

Já a Rentabilidade do Ativo (ROA) diz respeito ao percentual de lucro líquido (obtido após a apuração da Demonstração do Resultado do Exercício) em relação ao total de bens e direitos, ou seja, em relação ao ativo total (BRAGA; NOSSA; MARQUES, 2004; SOUTES; SCHVIRCK, 2006).

2.2 OBRIGATORIEDADE DO “*IMPAIRMENT TEST*”

Os ativos são registrados contabilmente pelos valores de aquisição, na hipótese de que o valor econômico futuro será obtido pela diferença entre o seu custo e a depreciação ou amortização do bem, porém o ambiente econômico é caracterizado por constantes mutações, os avanços tecnológicos ocorrem com maior intensidade, os clientes são mais exigentes, dentre outros motivos que fazem com que alguns ativos percam capacidade de retorno financeiro futuro, equivalentes aos valores quando foram adquiridos (SANTOS; SANTOS; SILVA, 2011). Daí a importância crescente e desafiadora da divulgação de relatórios para mensurar o real valor econômico dos ativos (CIFTCI; DARROUGH, 2015).

As principais normas internacionais sobre o tema são IAS nº 36 (*International Accounting Standards*), SFAS nº 144 (*Statements of Financial Accounting Standards*) e a IFRS 9 (*International Financial Reporting Standards*). No Brasil, a exigência está prevista no CPC nº 01/2007 e na Lei Societária nº 6.404/1976 e suas alterações na Lei Societária nº 11.638/2007 (SANTOS et al., 2011).

Assim, as pessoas jurídicas estão obrigadas a reconhecer pelo regime de competência as perdas por *impairment* quando houver evidências de não recuperabilidade, ajustando-se o valor do ativo para que seu custo não seja maior que o seu valor de retorno. As evidências de não recuperabilidade, segundo a IAS nº 36, incluem quedas relevantes de valor de ativos em relação ao mercado, inutilidade ou avaria e outros, e precisam ser informadas em cada exercício, inclusive os casos de reversão de perdas.

No Brasil, essa exigência está prevista no pronunciamento do CPC nº 01/2007 e na Lei Societária nº 6.404/1976 e suas alterações na Lei Societária nº 11.638/2007

(SANTOS et al., 2011). O pronunciamento do CPC nº 01/2007 orienta que as empresas devem observar anualmente se há evidências de perdas por *impairment*, caso houver constatação de ocorrência, caberá à empresa fazer o registro contábil da provisão. Porém, segundo Lemes e Oliveira (2011), essa obrigatoriedade não foi imediatamente aplicada, porque fora previsto um período de transição de 2007 a 2008 e, no mínimo, um ano de informação comparativa.

Essas mudanças trouxeram contribuições significativas para o Brasil, já que anteriormente as normas forneciam poucas informações aos investidores e tinham uma finalidade quase que exclusiva de subsidiar o fisco (ROSA; TIRAS, 2013).

2.3 QUALIDADE DO *DISCLOSURE*, RENTABILIDADE E REDUÇÃO NO VALOR RETORNÁVEL DE ATIVOS

A manutenção do funcionamento de uma empresa depende da busca pelo lucro e de bons resultados financeiros, contudo, atualmente, ele só é alcançado mediante boa relação com os investidores, as instituições financeiras, os governos e o público em geral (MACHADO et al., 2013). O bom relacionamento com os *stakeholders* é solidificado com o compromisso da firma em divulgar informações com maior clareza e segurança possível (MOURA; FRANZ; CUNHA, 2015; KIM; ZHANG, 2016). Isso porque a distorção das demonstrações contábeis é algo indesejável, do ponto de vista dos investidores (BUSHMAN; INDJEJIKIAN, 1993).

A adequação das empresas brasileiras às normas internacionais em vigor faz aumentar as oportunidades de crescimento local, pois a facilidade de comparação financeira, a fidelidade aos princípios contábeis e a menor complexidade de regras atraem mais investidores estrangeiros, deixando assim de ser apenas uma questão de cumprimento de legislação fiscal (ROSA; TIRAS, 2013).

Segundo Dechow, Ge, Schrand (2010) e Lim (2011), a qualidade da informação está diretamente relacionada à presença do conservadorismo contábil, um instrumento de governança corporativa que consiste na prudência da gestão no momento de definir estimativas futuras diante das incertezas (KIM; ZHANG, 2016). Portanto, uma postura conservadora exige maior grau de verificação na hora de reconhecer ganhos e não subestimar as perdas para não distorcer a real situação financeira da empresa (ROYCHOWDHURY; MARTIN, 2013; FRANCIS et al, 2015).

Há indícios de que o cumprimento das exigências - que tratam do *impairment test* - é facilitado com a introdução de boas medidas de governança corporativa. Segundo Rogers, Ribeiro, Sousa (2007), firmas com boas práticas administrativas tendem a não adiarem o reconhecimento de perdas por *impairment* pelo fato de conciliarem os interesses dos seus investidores com a diretoria e de facilitarem a cooperação entre a administração e as partes interessadas para resolver os problemas organizacionais, por isso transmitem mais confiabilidade aos *stakeholders*. Conforme Ramos e Martinez (2006), a governança corporativa é baseada na transparência, em regras de proteção de investimentos, na constituição de conselho de administração, na criação de comitês para assuntos específicos para subsidiar as decisões do conselho e a auditoria independente.

Além de aspectos de controle administrativo interno, algumas empresas contratam auditoria externa de alto nível, ou seja, uma *big four* (uma das quatro empresas de auditoria independente mais conceituadas em âmbito mundial) para sinalizar ao mercado que as suas demonstrações contábeis são confiáveis (STIGLER, 1961). Nessa perspectiva, Souza et al. (2015) reforçam que, de fato, empresas auditadas por uma *big four* possuem maior grau de evidenciação das informações relacionada a perdas no valor recuperável de ativos.

Larcker, Richardson, Tuna (2007) revelam também que o desempenho financeiro da organização está associado às boas medidas de governança, já que esse controle cria valor para o acionista por meio de ações estratégicas e melhora as relações com os investidores, credores, fornecedores, governos, funcionários, clientes, dentre outros elementos presentes nesse processo.

Fernandes et al. (2016), Al-Hiyari, Latif , Amran (2016), Larcker, Richardson, Tuna (2007) e Elliott e Shaw (1988) concluíram que há evidências de que a qualidade da informação contábil é inerente a empresas com melhor desempenho financeiro no mercado, por serem mais pressionadas a cumprirem com as normas para não comprometerem suas relações com os *stakeholders*. Já Petersen e Plenborg (2010), em uma pesquisa com firmas listadas na Bolsa de Valores de Copenhague, afirmam que a rentabilidade provavelmente é decisiva no teste de *impairment* do ágio. Conforme Sloan (1996), *accruals* anormais ou discricionários são inversamente proporcionais aos níveis de lucratividade, ou seja, quanto maior o lucro, melhor a qualidade do *disclosure*.

Diante dessa discussão, desperta-se a seguinte hipótese da pesquisa:

Empresas muito rentáveis são mais propensas a reconhecer perdas por *impairment*, pois prezam mais pela qualidade da informação contábil.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo desta pesquisa foi empregada uma metodologia com abordagem quantitativa, de corte longitudinal, via dados secundários, extraídos do sistema Economatica e do site da BM&FBovespa de empresas brasileiras de capital aberto, totalizando uma amostragem de 2.240 observações, no período compreendido entre os anos de 2011 a 2017. As empresas dos setores financeiro, de seguros e de fundos foram excluídas da amostra, devido às características peculiares de suas atividades. Os anos escolhidos para a realização da pesquisa são posteriores à obrigatoriedade de adequação às normas IFRS.

3.1 MODELO DE REGRESSÃO

O modelo de regressão econométrico empregado foi o *LOGIT*, em conformidade com o objetivo de mensurar simplesmente se houve influência do alto nível de rentabilidade no reconhecimento das perdas por *impairment*, que é a variável dependente binária. Essa variável assume valor 1 (um), se houve reconhecimento no exercício, e 0 (zero), se não houve. Apresenta-se, então, assim:

$$\text{Reconhecimento} = \beta_0 + \beta_1 \text{MuitoRentável} + \beta_2 \text{MuitoRentável} * \text{BigFour} + \beta_3 \text{BigFour} + \text{Controles} + \text{Erro}$$

Para verificar a hipótese, foram analisados os coeficientes β_1 , β_2 e β_3 . O β_1 indica se aumenta a probabilidade de reconhecimento de perdas por *impairment*, se a empresa pertence ao 3º quartil de ROA (antes do reconhecimento da perda) e $\text{ROA} > 0$. O β_2 indica se aumenta a probabilidade de reconhecimento de perdas se a empresa

pertence ao 3º quartil de ROA e, ao mesmo tempo, contrata uma *big four*. Já β_3 indica se aumenta a probabilidade de reconhecimento pelo simples fato de a firma contratar uma *big four*.

3.2 VARIÁVEIS DA PESQUISA

Todas as variáveis foram coletadas da base Económica, exceto *Big Four* e Governança (site da BM&FBovespa), e seguem detalhadas no Quadro 1.

| Variáveis | Definições |
|--------------------------|---|
| Reconhecimento | Variável dependente binária que assume valor 1 (um), se a empresa reconheceu perdas por <i>impairment</i> no ano, e 0 (zero), se não. |
| Muito Rentável | <i>Dummy</i> que assume valor 1 (um), se pertencer ao terceiro quartil de ROA antes do reconhecimento das perdas por <i>impairment</i> e se $ROA > 0$. |
| Big Four | <i>Dummy</i> que assume valor 1 (um), se a empresa foi auditada por uma <i>big four</i> , e 0 (zero), se não foi. |
| Tamanho | Logaritmo natural do total do ativo. |
| Dívida de CP | Razão entre o total do passivo circulante e o total do ativo |
| Dívida de LP | Razão entre o total do passivo não circulante e o total do ativo |
| Intangível | Razão entre os ativos intangíveis e seu ativo total |
| Imobilizado | Razão entre os investimentos em imobilizados e seu ativo total |
| Governança | <i>Dummy</i> que assume valor 1 (um), se adota governança corporativa de alto nível (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado), e 0 (zero), se não. |
| Setor | <i>Dummy</i> que assume valor 1 (um), se empresa <i>i</i> é do setor <i>x</i> , e valor 0 (zero) para os demais setores |
| Ano | <i>Dummy</i> que assume valor 1 (um), se a informação da empresa é do ano <i>x</i> , e valor 0 (zero) para os demais anos |
| <i>Accruals</i> Anormais | Resíduos obtidos a partir do Modelo de Jones Modificado, calculados por setor e dispostos em valor absoluto. |

QUADRO 1: Definições das Variáveis

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3 DESCRIÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS DE CONTROLE

3.3.1 Big Four

Para Stigler (1961), a qualidade da auditoria externa a que a empresa é submetida interfere na qualidade das informações financeiras. Já Souza et al. (2015) acreditam que, se a empresa for fiscalizada por uma *big four* (Deloitte, Ernst & Young, KPMG, Ernst & Young ou PricewaterhouseCoopers) terá maior probabilidade de reconhecer perdas por *impairment*.

3.3.2 Tamanho

As empresas de grande porte apresentam diferenças significativas de reconhecimento de perdas por *impairment* em relação às empresas de menor porte, pois, quanto maior a responsabilidade no mercado, maiores as probabilidades de reconhecimento delas (FERNANDES et al., 2016; SOUZA et al., 2015; ELLIOTT; SHAW, 1988). O tamanho da empresa é um atributo significativo na análise, visto que o ambiente macroeconômico e a complexidade do funcionamento afetam as decisões da gestão na hora de fazer o teste de *impairment* (GINER; PARDO, 2015; NAWAISEH, 2016).

3.3.3 Dívidas de curto e longo prazo

Empresas com maiores concentrações de capitais de terceiros possuem um nível de *disclosure* melhor para agradar aos credores e limitar suspeita de beneficiamento aos acionistas (JENSEN; MECKLING, 1976). Sendo assim, foram empregadas, nesta pesquisa, as variáveis Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, ambas divididas pelo Ativo Total.

3.3.4 Intangível

Himmerlberg, Hubbard, Palia (1999) e Klapper e Love (2004) concluíram que empresas com grandes investimentos em ativos intangíveis possuem informações contábeis de melhor qualidade.

3.3.5 Imobilizado

Reis et al. (2013) afirmam que empresas com elevados percentuais de bens imobilizados são suspeitas de não mensurar regularmente seus valores de deterioração. Já Mazzioni et al. (2016) reforçam que esses bens são muito relevantes, uma vez que impactam diretamente no lucro das empresas.

3.3.6 Governança corporativa

Larcker, Richardson, Tuna (2007); Rogers, Ribeiro e Sousa (2007) e Ramos e Martinez (2006) acreditam que firmas com boas práticas de governança tendem a não adiarem o reconhecimento de perdas por *impairment* pelo fato de possuírem práticas administrativas organizadas e por conciliarem os interesses entre as partes interessadas. A BM&FBovespa define três níveis de governança corporativa de alta qualidade: Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado.

3.3.7 Accruals Anormais

De acordo com Martinez (2008), o *accrual* total está relacionado às contas de resultado que influenciaram no lucro, mas que não fizeram efeito sobre as disponibilidades, e que alguns deles estão associados a erros não intencionais (*accruals* não discricionários ou normais) e outros à intenção de gerenciar resultados (*accruals* não discricionários ou anormais). Noutros termos, quanto mais alta a

qualidade da informação contábil, menor será a discricionariedade (DECHOW, GE; SCHRAND, 2010). Já Sloan (1996) chegou à conclusão de que existe uma menor influência de acumulações anormais entre as empresas mais lucrativas.

Os *accruals* anormais deste estudo são os resíduos do modelo de regressão de Jones Modificado (1995) e foram calculados por setor, exigindo-se um número mínimo de 10 observações por indústria:

$$AT = \alpha + \beta_1 (\Delta Vendas - \Delta CR) + \beta_2 Imob + \varepsilon$$

Em que:

AT=*Accrual* Total

Vendas = Receita Operacional Líquida no exercício;

CR = Contas a Receber no exercício

Imob = Ativo Imobilizado

ε = estimaco do erro inerente aos *accruals* anormais

Os *Accruals* Totais inerentes ao modelo foram calculados pela fórmula:

$$AT = [(\Delta AC - \Delta Cx) - (\Delta PC - \Delta Dív - Dep)] / A^{n-1}$$

Em que:

AT: *Accrual* Total

AC: Ativo Circulante;

Cx: caixa e equivalentes a caixa;

PC: Passivo Circulante;

Dív: Dívidas de curto prazo (Emprstimos e financiamentos)

Dep: Despesa com depreciao e amortizao

A^{n-1} : Ativo Total no período n-1

Os resíduos foram dispostos em valor absoluto, haja vista que a preocupao est na magnitude do *accrual* anormal, como evidncia de qualidade de *disclosure*, e no na direo do erro.

Capítulo 4

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA AMOSTRA

Na Tabela 1, é possível destacar que 5% das empresas reconheceram perdas por *impairment*¹ no período, 63% contrataram auditoria externa de qualidade e 46% possuem governança corporativa de alto nível. As variáveis Tamanho e Dívida de LP apresentaram desvio-padrão alto, dando indícios de que a amostra sugere diferenças consideráveis quanto ao porte e quanto aos exigíveis a longo prazo entre as empresas. Percebeu-se também que há maiores concentrações de imobilizados em relação aos intangíveis.

TABELA 1: ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Esta tabela apresenta médias, desvios-padrão, quartis, mínimos e máximos das variáveis. A amostra contém 334 firmas listadas na Bovespa e 2.240 observações, capturadas entre os anos de 2010 e 2017. Todas as variáveis foram winsorizadas a 1%. As definições das variáveis estão detalhadas na Tabela 1.

| | Média | Desvio-padrão | Mín. | Máx. | Q1 | Q4 |
|------------------------|--------------|----------------------|-------------|-------------|-----------|-----------|
| Reconhecimento | 0,050 | 0,220 | 0,000 | 1,000 | 0,000 | 0,000 |
| Muito Rentável | 0,320 | 0,470 | 0,000 | 1,000 | 0,000 | 1,000 |
| Big Four | 0,630 | 0,480 | 0,000 | 1,000 | 0,000 | 1,000 |
| Governança | 0,460 | 0,500 | 0,000 | 1,000 | 0,000 | 1,000 |
| Imobilizado | 0,220 | 0,240 | 0,000 | 0,910 | 0,010 | 0,370 |
| Intangível | 0,120 | 0,190 | 0,000 | 0,800 | 0,000 | 0,170 |
| Dívida de CP | 0,370 | 0,570 | 0,000 | 4,090 | 0,120 | 0,360 |
| Dívida de LP | 0,650 | 2,060 | 0,000 | 18,250 | 0,140 | 0,460 |
| Tamanho | 13,710 | 3,030 | 2,790 | 18,790 | 12,460 | 15,620 |
| AccualsAnormais | 0,110 | 0,190 | 0,000 | 1,350 | 0,020 | 0,110 |

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na Tabela 2, estão elencados todos os setores do Econômica, exceto o financeiro, o de seguros e o de fundos (pois estes setores poderiam distorcer os

resultados), com as suas médias de ROA (antes do reconhecimento de perdas por *impairment*), desvio-padrão, quartis mínimos e máximos de ROA.

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DA RENTABILIDADE: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DE ROA POR SETOR

Esta tabela apresenta médias, desvios-padrão, quartis, mínimos e máximos de ROA por setor Econômica. A amostra contém 334 firmas listadas na BM&FBovespa e 2.240 observações, capturadas entre os anos de 2011 e 2017.

| Setor | N | Média | Desvio-padrão | Mínimo | Máximo |
|------------------------|-----|--------|---------------|--------|--------|
| Agro e Pesca | 28 | -0,057 | 0,183 | -0,804 | 0,177 |
| Alimentos e Bebidas | 93 | 0,017 | 0,128 | -0,824 | 0,222 |
| Comércio | 136 | -0,085 | 0,644 | -5,171 | 0,340 |
| Construção | 143 | -0,363 | 0,213 | -1,601 | 0,340 |
| Eletroeletrônicos | 35 | -0,057 | 0,180 | -0,517 | 0,237 |
| Energia Elétrica | 313 | 0,016 | 0,217 | -1,971 | 0,340 |
| Minerais não Metálicos | 21 | 0,045 | 0,070 | -0,187 | 0,140 |
| Mineração | 35 | -0,331 | 1,427 | -8,256 | 0,340 |
| Máquinas Industriais | 35 | -0,139 | 0,367 | -1,748 | 0,083 |
| Outros | 619 | -0,503 | 1,679 | -8,399 | 0,340 |
| Papel e Celulose | 28 | 0,012 | 0,433 | -0,072 | 0,149 |
| Petróleo e Gás | 48 | -0,440 | 1,733 | -8,399 | 0,340 |
| Química | 64 | -0,001 | 0,154 | -0,791 | 0,223 |
| Siderurg. e Metalurgia | 144 | -0,157 | 0,835 | -6,110 | 0,340 |
| Software e Dados | 34 | 0,095 | 0,075 | -0,043 | 0,340 |
| Telecomunicações | 80 | -0,815 | 1,975 | -8,399 | 0,340 |
| Textil | 163 | -0,104 | 0,404 | -2,311 | 0,340 |
| Transporte e Serviços | 113 | 0,403 | 0,087 | -0,517 | 0,252 |
| Veículos e Peças | 108 | -0,345 | 1,177 | -6,440 | 0,185 |

Fonte: Elaborada pelo autor.

Observou-se que, dos 19 setores abordados, apenas 06 apresentaram média de rentabilidade positiva (alimentos e bebidas, energia elétrica, minerais não metálicos, papel e celulose, software e dados e transporte e serviços). Percebeu-se também que há diferenças expressivas entre as empresas dos setores de telecomunicações, petróleo e gás, mineração, veículos e peças e siderurgia.

4.2 CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS

A Tabela 3 trata das correlações de *Pearson* entre as variáveis

Reconhecimento, Muito Rentável e variáveis de controle definidas no Quadro 1, admitindo-se valores próximos de -1 (menos um), para indicar correlação negativa, e valores próximos de +1 (mais um), para indicar correlação positiva.

TABELA 3: CORRELAÇÕES DE PEARSON

Esta tabela apresenta as correlações de *Pearson* entre as variáveis. A amostra contém 334 firmas listadas na BM&FBovespa e 2.240 observações, capturadas entre os anos de 2011 e 2017. Todas as variáveis foram winsorizadas a 1%. As definições das variáveis estão detalhadas no Quadro 1.

| | Reconh | MtoRent | Big4 | Gov | Imob | Intan | DívCP | DívLP | Tam | AccuAn |
|-----------------------|---------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|--------|
| Reconhecimento | 1 | | | | | | | | | |
| Muito Rentável | -0,02 | 1 | | | | | | | | |
| BigFour | 0,03* | 0,10*** | 1 | | | | | | | |
| Governança | 0,07*** | 0,07*** | 0,40*** | 1 | | | | | | |
| Imobilizado | -0,04** | -0,07*** | -0,04** | -0,04** | 1 | | | | | |
| Intangível | 0,11*** | 0,06*** | 0,19*** | 0,16*** | -0,24*** | 1 | | | | |
| Dívida de CP | 0,05** | -0,15*** | -0,10*** | -0,12*** | 0,01 | -0,13*** | 1 | | | |
| Dívida de LP | -0,03 | -0,10*** | -0,10*** | -0,13*** | 0,04** | -0,09*** | 0,27*** | 1 | | |
| Tamanho | 0,02 | 0,10*** | 0,41*** | 0,48*** | 0,15*** | 0,31*** | -0,29*** | -0,26*** | 1 | |
| Accr_Anormais | 0,02 | -0,05*** | -0,12*** | -0,15*** | -0,13*** | -0,13*** | 0,34*** | 0,20*** | -0,43*** | 1 |

Fonte: Elaborada pelo autor

Pode-se destacar que a variável Reconhecimento apresentou correlação positiva significativa com as variáveis Governança, *Big Four*, Intangível e Dívida de CP; e correlação negativa significativa com a variável Imobilizado, levando-se a crer que empresas que reconhecem perdas por *impairment* geralmente têm governança corporativa de alto nível (LARCKER; RICHARDSON; TUNA, 2007; ROGERS; RIBEIRO; SOUSA, 2007; RAMOS; MARTINEZ, 2006), são auditadas por uma *big four* (STIGLER, 1961; SOUSA et al., 2015), apresentam maiores obrigações de curto prazo (JENSEN; MECKLING, 1976), têm suas perdas reconhecidas a partir de ativos intangíveis (HIMMERLBERG; HUBBARD; PALIA, 1999; KLAPPER; LOVE, 2004) e não aplicam o *impairment test* para reavaliar seus imobilizados (REIS et al., 2013).

Já a variável Muito Rentável apresentou correlação positiva significativa com as variáveis Big Four, Governança, Intangível e Tamanho; e correlação negativa

significativa com as variáveis Imobilizado, Dívidas de CP, Dívidas de LP e *Accuals* Anormais, dando indícios de que empresas muito rentáveis geralmente apresentam melhores níveis de governança, são auditadas por uma *big four*, são de grande porte, imobilizam menos recursos, apresentam menores passivos de curto e longo prazo e menores acumulações discricionárias.

4.3 TESTE T DE COMPARAÇÃO DE MÉDIAS

Por meio do Teste - t, buscou-se responder se havia diferenças significativas entre o grupo de empresas muito rentáveis e as demais empresas quanto aos fatores de reconhecimento de perdas por *impairment*, contratação de auditoria *big four*, qualidade de governança, concentração de obrigações de curto e longo prazo, tamanho e concentrações de intangíveis e imobilizados.

TABELA 4: TESTE DE MÉDIAS

Esta tabela apresenta os testes de médias considerando-se as empresas muito rentáveis e as demais empresas. O grupo das empresas muito rentáveis pertencem ao 3º quartil de ROA do setor em que atua e contém 711 observações; Já as demais empresas contém 1.529 observações. A coluna Diferença representa a média do grupo de empresas muito rentáveis menos a média do grupo das demais empresas. A amostra contém 334 firmas listadas na BM&FBovespa e 2.240 observações, capturadas entre os anos de 2011 e 2017. Todas as variáveis foram winsorizadas a 1%. As definições das variáveis estão detalhadas no Quadro 1.

| | Média | | Diferença | P-Valor |
|----------------|-----------------|--------|-----------|---------|
| | Muito Rentáveis | Demais | | |
| Reconhecimento | 0,041 | 0,052 | -0,011 | 0,237 |
| BigFour | 0,709 | 0,596 | 0,113 | 0,000 |
| Governança | 0,519 | 0,436 | 0,082 | 0,000 |
| Imobilizado | 0,196 | 0,235 | -0,038 | 0,000 |
| Intangível | 0,139 | 0,113 | 0,025 | 0,003 |
| Dívida de CP | 0,241 | 0,427 | -0,186 | 0,000 |
| Dívida de LP | 0,329 | 0,800 | -0,470 | 0,000 |
| Tamanho | 14,182 | 13,489 | 0,692 | 0,000 |

Fonte: Elaborada pelo autor

Verificou-se que, na Tabela 4, há diferenças de médias positivas significativas a 1% em fatores de Governança Corporativa, Big Four, Intangível e Tamanho, dando

evidências de que as empresas muito rentáveis possuem melhores níveis de governança corporativa, contratam mais *big four*, apresentam maiores investimentos em ativos imateriais e são de maior porte. Também houve diferenças de médias negativas significativas nas variáveis Imobilizado, Dívida de CP e Dívida de LP, o que leva a crer que as empresas muito rentáveis imobilizam menos recursos e possuem menores participações de capitais de terceiros de curto e longo prazo.

4.4 REGRESSÃO LOGÍSTICA

A partir das estimativas do modelo, chegou-se ao resultado de que, em média, empresas muito rentáveis e auditadas por uma *big four* são mais propensas a reconhecerem perdas por *impairment* (significativo a 5%), como sinal de qualidade da informação contábil. No entanto, empresas muito rentáveis, em média, independentemente do seu nível de qualidade de auditoria externa, são menos propensas a reconhecerem perdas por *impairment*, com 5% de significância, em consonância com Fernandes et al. (2016), Al-Hiyari, Latif e Amran (2016), Larcker, Richardson e Tuna (2007) e Elliott e Shaw (1988). Portanto, a hipótese da presente pesquisa é aceitável.

Quanto aos controles, a variável Governança foi positiva significativa a 1%, e isso reflete que as empresas brasileiras com melhores práticas de governança tendem a reconhecer perdas por *impairment*, estando os resultados coerentes com as afirmações de Souza et al. (2015), Larcker, Richardson e Tuna (2007), Rogers, Ribeiro e Sousa (2007) e Ramos e Martinez (2006).

TABELA 5: Modelo Logit: Influência da Alta Rentabilidade no Reconhecimento de Perdas p/ *Impairment*

Esta tabela apresenta os resultados do modelo de regressão. Entre parênteses, o *p-valor*. Todas as variáveis foram winsorizadas a 1%; *, ** e *** denotam significância estatística dos coeficientes ao nível de 10%; 5% e 1%, respectivamente. As definições das variáveis estão detalhadas no Quadro 1.

| | |
|------------------------------|---------------------|
| MuitoRentável | -0,082** (0.032) |
| MuitoRentável*BigFour | 0.090** (0.035) |
| BigFour | -0.031 (0.132) |
| Governança | 0.049*** (0.006) |
| Imobilizado | 0.020 (0.575) |
| Intangível | 0.169*** (0.000) |
| Dívida de CP | 0.240* (0.066) |
| Dívida de LP | -0.011 (0.123) |
| Tamanho | -0.002 (0.423) |
| Accruals Anormais | -0.036 (0.439) |
| Nº de observações | 1.435 |

Fonte: Elaborada pelo autor

A variável Intangível mostrou-se positiva significativa a 1%, dando indícios de que empresas com maiores investimentos em ativos imateriais tendem a reconhecer perdas de ativos retornáveis, pois geralmente divulgam informações mais confiáveis (HIMMERLBERG; HUBBARD; PALIA, 1999; KLAPPER; LOVE, 2004).

Por fim, a variável Dívidas de CP foi positiva significativa a 10%, dando indícios de que empresas com maiores passivos de curto prazo são mais transparentes para com as instituições financeiras, os fornecedores e outros elementos, por isso são mais propensas a reconhecerem as deteriorações de ativos, estando o resultado de acordo com os estudos de Jensen e Mecking (1976) sobre qualidade do *disclosure*.

Capítulo 5

5 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo identificar se empresas muito rentáveis são mais propensas a reconhecer perdas por *impairment*, em especial as firmas sob o monitoramento de uma auditoria externa de renome. Os resultados alcançados indicaram que a hipótese foi confirmada, uma vez que empresas muito rentáveis, auditadas por uma *big four*, são mais propensas a reconhecerem perdas por *impairment* como sinal de qualidade da informação contábil. No entanto, empresas muito rentáveis, independentemente do nível de qualidade de auditoria externa, são menos propensas a reconhecerem perdas por *impairment*.

Confirmou-se também que empresas brasileiras com melhores práticas de governança, com maiores participações de capitais de terceiros, de curto prazo e com grandes participações de bens intangíveis, têm mais probabilidades de reconhecerem perdas por *impairment*, dando mais evidências de que a qualidade da informação está associada ao compromisso em levar mais transparência aos seus investidores, às instituições financeiras e outros envolvidos nesse processo. Contudo, aspectos de tamanho, imobilizado, obrigações de longo prazo e *accruals* anormais não se mostraram significativos.

Dessa forma, a presente pesquisa mostrou-se pertinente, visto que destaca a necessidade que as empresas brasileiras de capital aberto têm de aperfeiçoarem ainda mais as suas práticas administrativas para garantir a qualidade da informação contábil, porque a manutenção delas no mercado depende de conhecimento e de

aplicabilidade das normas IFRS, para proporcionar confiabilidade, comparabilidade e utilidade das divulgações aos seus *stakeholders*.

Por fim, para que o estudo não fique limitado apenas a empresas brasileiras mais rentáveis, sugere-se para pesquisas futuras a aplicação do modelo em outros países, assim como a abordagem em empresas com outros níveis de rentabilidade, com enfoque em gerenciamento de resultados. Também se propõe uma abordagem com reversão de perdas por *impairment*, a inclusão de mais variáveis de controle e de um espaço temporal maior para dar mais confiabilidade aos resultados e mais ampliação dos fatores relacionados à temática.

REFERÊNCIAS

ABUGHAZALEH, Naser M.; AL-HARES, Osama M.; ROBERTS, Clare. Accounting discretion in goodwill impairments: UK evidence. **Journal of International Financial Management & Accounting**, v. 22, n. 3, p. 165-204, 2011.

AL-HIYARI, Ahmad; LATIF, Rohaida Abdul; AMRAN, Noor Afza. Goodwill Impairment: An Examination of Chief Executive Officer Tenure in Malaysia. **Advanced Science Letters**, v. 22, n. 5-6, p. 1356-1359, 2016.

AMARAL, Ana Clara Fonseca do. **Impairment Test: um estudo sobre o reconhecimento da perda sob a influência do gerenciamento de resultados e mudança das firmas de auditoria**. 45f. Dissertação - FUCAPE, Vitória, 2017.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa et al. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, v. 10, n. 20, p. 5-19, 2012.

BRAGA, Roberto; NOSSA, Valcemiro; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. Uma proposta para a análise integrada da liquidez e rentabilidade das empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. SPE, p. 51-64, 2004.

BUSHMAN, Robert M.; INDJEJIKIAN, Raffi J. Stewardship value of "distorted" accounting disclosures. **Accounting Review**, v. 68, n. 4, p. 765-782, 1993.

CIFTCI, Mustafa; DARROUGH, Masako. What Explains the Valuation Difference between Intangible-intensive Profit and Loss Firms?. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 42, n. 1-2, p. 138-166, 2015.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento CPC 01 – redução ao valor recuperável de ativos**. 2007.

_____. **CVM – Comissão de Valores Mobiliários**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 05. out. 2017.

DECHOW, Patricia M.; SLOAN, Richard G.; SWEENEY, Amy P. Detecting Earnings Management. **The Accounting Review**, v. 70, n. 2, p. 193-225, 1995.

_____; GE, Weili; SCHRAND, Catherine. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of accounting and economics**, v. 50, n. 2-3, p. 344-401, 2010.

ELLIOTT, John A.; SHAW, Wayne H. Write-offs as accounting procedures to manage perceptions. **Journal of accounting research**, v.26, n.2, p. 91-119, 1988.

FERNANDES, Joaquim Sant'Ana et al. Impairment losses: causes and impacts. **Revista brasileira de gestão de negócios**, v. 18, n. 60, p. 305-318, 2016.

FRANCIS, Bill et al. Gender differences in financial reporting decision making: Evidence from accounting conservatism. **Contemporary Accounting Research**, v. 32, n. 3, p. 1285-1318, 2015.

GINER, Begoña; PARDO, Francisca. How ethical are managers' goodwill impairment decisions in Spanish-listed firms?. **Journal of Business Ethics**, v. 132, n. 1, p. 21-40, 2015.

HIMMELBERG, Charles P.; HUBBARD, R. Glenn; PALIA, Darius. Understanding the determinants of managerial ownership and the link between ownership and performance. **Journal of financial economics**, v. 53, n. 3, p. 353-384, 1999.

IASB - International Accounting Standards Board. **International Accounting Standards nº 36 - impairment of assets**. Jun., 1998.

_____. **IFRS 9**. Disponível em:
<<https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2016/04/ifrs-em-destaque-01-16.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2017.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of financial economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

KIM, Jeong-Bon; ZHANG, Liandong. Accounting conservatism and stock price crash risk: Firm-level evidence. **Contemporary Accounting Research**, v. 33, n. 1, p. 412-441, 2016.

KLAPPER, L.F.; LOVE, I. Corporate governance, investor protection, and performance in emerging markets. **Journal of corporate Finance**, v. 10, n. 5, p. 703-728, 2004.

LARCKER, David F.; RICHARDSON, Scott A.; TUNA, Irem. Corporate governance, accounting outcomes, and organizational performance. **The accounting review**, v. 82, n. 4, p. 963-1008, 2007.

_____. **Lei nº 6.404/76**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 05 out. 2017.

_____. **Lei nº 11.638/2007**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 05 out. 2017.

LEMES, Sirlei; OLIVEIRA, Valdiney Alves. Nível de Convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoração das IFRS por empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Finanças**, v. 22, n. 56, p. 155-173, 2011.

LEGLER, Fernando Ramos; MARTINS, Tatiane Vieira. Ferramentas de gestão financeira para empreendedores de pequeno porte: uma reflexão teórica com base na contabilidade. **Negócios**, v. 15, n. 1, p. 182-199, 2017.

LIM, Roslinda. Are corporate governance attributes associated with accounting conservatism?. **Accounting & Finance**, v. 51, n. 4, p. 1007-1030, 2011.

MACHADO, Esmael Almeida et al. Evidências de disclosure de valor recuperável de ativos em firmas listadas no mercado acionário brasileiro. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 1, p. 86-103, 2013.

MARTINEZ, Antonio Lopo. Detectando earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 19, n. 46, p. 1-13, 2008.

MAZZIONI, Sady et al. Fatores determinantes na evidenciação da redução ao valor recuperável de ativos (impairment test) em empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, v. 11, n. 4, p. 276-291, 2014.

_____. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos imobilizados. **Revista da UNIFEBE**, v. 1, n. 17, p. 17-32, 2016.

MOURA, Geovanne Dias de; FRANZ, Leandro; CUNHA, Paulo Roberto da. Qualidade da informação contábil em empresas familiares: influência dos níveis diferenciados de governança da BM&FBovespa, tamanho e independência do conselho de administração. **Contaduría y administración**, v. 60, n. 2, p. 423-446, 2015.

NAWAISEH, Mohammad Ebrahim. Can Impairment Recognition under IAS 36 Be Improved by Financial Performance?. **International Journal of Economics and Finance**, v. 8, n. 12, p. 163-174, 2016.

_____. **Níveis de governança corporativa na BM&FBovespa**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem/> Acesso em: 20 nov. 2017.

PETERSEN, Christian; PLENBORG, Thomas. How do firms implement impairment tests of goodwill?. **Abacus**, v. 46, n. 4, p. 419-446, 2010.

RAMOS, Gizele Martins; MARTINEZ, Antonio Lopo. Governança corporativa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 3, n. 6, p. 143-164, 2006.

REIS, Anderson de Oliveira Reis et al. Disclosure da recuperabilidade do valor do ativo imobilizado: análise no setor siderúrgico brasileiro. **Revista Ambiente Contábil**, v. 5, n. 2, p. 37-52, 2013.

ROGERS, Pablo; RIBEIRO, Kárem Cristina de Sousa; SOUSA, Almir Ferreira de. Impactos de fatores macroeconômicos nas melhores práticas de governança

corporativa no Brasil. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 42, n. 3, p. 265-279, 2007.

ROSA, Regina Cavalier ; TIRAS, Samuel L. Adoção do IFRS no Brasil: um terreno fértil para pesquisa sobre gerenciamento de resultados. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 10, n. 4, p. 141-156, 2013.

ROYCHOWDHURY, Sugata. Earnings management through real activities manipulation. **Journal of accounting and economics**, v. 42, n. 3, p. 335-370, 2006.

ROYCHOWDHURY, Sugata; MARTIN, Xiumin. Understanding discretion in conservatism: An alternative viewpoint. **Journal of Accounting and Economics**, v. 56, n. 2, p. 134-146, 2013.

SANTOS, Luís Guimarães dos Paulo et al. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 22, n. 56, p.174-188, 2011.

SANTOS, Odilanei Moraes dos; SANTOS, Ariovaldo dos; SILVA, Paula Danyelle Almeida da. Reconhecimento de perdas para a redução ao valor recuperável de ativos: impairment em ativos de exploração e produção de petróleo. **Brazilian Business Review**, v. 8, n. 2, p. 68-95, 2011.

SLOAN, R. Do stock prices fully reflect information in accruals and cash flows about future earnings?. **The Accounting Review**, v. 71, n. 3, p. 289-315, 1996.

SOUTES, Dione Olesczuk; SCHVIRCK, Eliandro. Formas de Mensuração do Lucro e os Reflexos no Cálculo do ROA. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 3, n. 1, p. 74-87, 2006.

SOUZA, Maíra Melo de et al. Perda no Valor Recuperável de Ativos: Fatores Explicativos do Nível de Evidenciação das Empresas de Capital Aberto Brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 2, p. 06-24, 2015.

Standards nº 144 – accounting for the impairment or disposal of long-lived assets. Aug., 2001.

STIGLER, George J. The Economics of Information. **The Journal of Political Economy**, v. 69, n. 3, p. 213-225, 1961.

TAVARES, Márcia Ferreira Neves et al. Um Estudo sobre o Nível de Conformidade dois Setores Classificados pela Bovespa com CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **Revista Sociedade Contabilidade e Gestão**, v. 5, n. 1, p. 79-95, 2010.

VOGT, Mara et al. Determinantes do Reconhecimento das Perdas por Impairment do Good Will. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**, v. 27, n. 72, p. 349-362, 2016.